

O DESMONTE DA AGENDA AMBIENTAL NO GOVERNO BOLSONARO

André SCANTIMBURGO¹

■ **RESUMO:** O presente artigo tem como objetivo fazer um levantamento dos rumos e perspectivas do governo Bolsonaro na área ambiental. Parte-se da premissa de que os indícios de campanha sinalizam para a contramão da agenda ambiental construída no Brasil desde pelo menos os anos 1980 e que, em grande medida, vinha seguindo parâmetros internacionais. Dito isto, compreende-se que a postura governamental é consequência da falta de planejamento na área econômica que, longe de buscar alternativas, tende a reforçar a tendência de reprimarização da economia, sobretudo com base na exploração dos recursos naturais do país de forma acelerada e sem grandes regulamentações. Somado a isso, a visão do governo, cética em relação às questões relacionadas às mudanças climáticas e aquecimento global, corrobora para antecipar a existência de um desmonte ambiental.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Meio Ambiente. Bolsonaro. Reprimarização da Economia. Colapso Socioambiental.

Introdução

Um dos temas que levantou grande polêmica ainda durante a campanha do presidente eleito Jair Bolsonaro foi o meio ambiente. Não foram raras as vezes que o então candidato se posicionou contra a agenda ambiental do país². Ainda em setembro de 2018, Bolsonaro chegou a afirmar que se eleito retiraria o Brasil do

¹ Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus - Colégio Sagrado. Marília – SP – Brasil. 17513-260. scantimburgo.andre@gmail.com.

² Podemos definir agenda ambiental como um planejamento que busca a integração de aspectos socioambientais e econômicos visando a implementação do desenvolvimento sustentável. A agenda ambiental brasileira tem buscado seguir todos os parâmetros internacionais com, inclusive, certo protagonismo desde os anos 1990. Essa agenda ambiental internacional engloba todas as resoluções

Acordo de Paris (REUTERS, 2018). Naquele momento, ainda nas preliminares da campanha, o ex-capitão do exército já aparentava tratar o tema de forma bastante equivocada, demonstrando que, no seu entender, as políticas de regulação ambiental existentes no Brasil configuravam um entrave para o desenvolvimento econômico.

Tais posições puderam ainda ser observadas em seu plano de governo registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Não houve sequer uma menção direta ao tema ambiental, nem muito menos um conjunto mínimo de diretrizes que pudesse indicar com alguma clareza os caminhos que seriam seguidos no setor. Tanto que o termo meio ambiente aparece no programa uma única vez, subordinado ao tema da agricultura, na proposta de fusão da pasta do Meio Ambiente com a da Agricultura, que por sua vez englobaria:

Política e Economia Agrícola (inclui comércio), Recursos Naturais e Meio Ambiente Rural, Defesa Agropecuária, Segurança Alimentar, Pesca e Piscicultura, Desenvolvimento Rural Sustentável (Atuação por Programas) e Inovação Tecnológica (TSE, 2018).

Três dias depois da vitória de Bolsonaro no segundo turno, o escolhido para ministro da Casa Civil, deputado Onyx Lorenzoni, chegou a confirmar tais pretensões na imprensa, ao dizer que Meio Ambiente e Agricultura formariam um só ministério a partir de janeiro. Logo, as reações a essa medida se avolumaram.

Imediatamente surgiu uma petição contrária à proposta de fusão, que contou com quase 800 mil assinaturas em menos de dois dias (PETIÇÃO PÚBLICA, 2018). Ao mesmo tempo o ministro do Meio Ambiente do governo Temer, Edson Duarte, lançou nota criticando a posição (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2018). Até o ex-ministro da Agricultura, Blairo Maggi, se mostrou preocupado (REUTERS, 2018), temendo possíveis boicotes aos produtos agrícolas brasileiros no comércio internacional, que poderiam ser vistos como frutos do desmatamento e do descumprimento de regras ambientais.³

elaboradas desde a Conferência de Estocolmo em 1972 até os Objetivos do Desenvolvimento sustentável da ONU.

³ Conforme destaca a organização Observatório do Clima (2018a), a existência de uma governança ambiental no país é lastro de grande parte das exportações agrícolas brasileiras, que chegaram a mais de US\$ 90 bilhões no ano de 2017, contribuindo decisivamente para o superávit de cerca de US\$ 67 bilhões na balança comercial naquele ano. Ainda de acordo com o Observatório do Clima, um cenário de avanço

Logo, dado à repercussão negativa em meio ao bombardeio de críticas oriundas de amplos setores da sociedade brasileira e também do exterior, Bolsonaro recuou da intenção de fundir os ministérios. Contudo, toda a celeuma inicial em torno da pasta de Meio Ambiente já expunha a forma quase amadora com que o novo governo pretendia tratar o tema ambiental, indo na contramão do que o país tem seguido no setor desde pelo menos o final dos anos 1980 quando foi promulgada a Constituição Federal, com o estabelecimento de importantes marcos regulatórios para o meio ambiente, bem como nos anos 1990, quando o Brasil sediou a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Fundir o Ministério do Meio Ambiente ao da Agricultura significaria na verdade a extinção do primeiro. O governo estaria submetendo o regulador ao setor que deveria ser regulado. Mais do que isso, a proposição revelava a incapacidade de compreender a necessidade de um conjunto bem estruturado de leis e instituições fiscalizadoras num país que possui 30% do território cobertos por áreas protegidas, entre Unidades de Conservação e terras indígenas, e que concentra a maior biodiversidade do planeta, com 50% de vegetação nativa, além de contar com a maior bacia hidrográfica do mundo.

A fusão pretendida certamente traria problemas na medida em que o Ministério do Meio Ambiente se ocupa de uma agenda de regulação ambiental muito mais ampla que a ligada apenas à agricultura. As licenças para atividades industriais do setor de energia, especialmente aquelas ligadas à construção de usinas hidrelétricas e à exploração do petróleo, por exemplo, são emitidas pelo IBAMA, que é um órgão do Ministério do Meio Ambiente. Algo semelhante ocorre com a Política Nacional de Recursos Hídricos e com a Agência Nacional de Águas, também vinculada ao mesmo Ministério, assim como com as políticas de resíduos sólidos. Sem políticas sérias de regulação, poderá haver um travamento no setor de infraestrutura que depende de licenças ambientais e fiscalização para ter suas obras em andamento.

Ou seja, a pasta não pode ficar limitada apenas à agricultura ou a qualquer outro ministério, dado que deixaria um vácuo de

no desmatamento ou de violência no campo daria justificativa para países importadores, especialmente os da União Europeia, cancelarem acordos comerciais e estabeleceram barreiras a produtos brasileiros, como os biocombustíveis.

regulação que poderia comprometer a biodiversidade brasileira e diversas áreas da economia. Além do que, o afrouxamento da fiscalização no setor teria potencial para agravar um cenário de mudanças climáticas, que por sua vez influenciaria o regime de chuvas, podendo afetar diretamente o próprio agronegócio brasileiro⁴.

Inclusive, os impasses e incertezas no tema ambiental brasileiro, com a perspectiva de liberalização do aparato regulatório, chamado de “efeito Bolsonaro” no período eleitoral, fez com que, entre junho e setembro, o desmatamento tivesse aumento de 36% de acordo com informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), disponíveis na TerraBrasilis (2018), plataforma de dados geográficos.

O posterior recuo de Bolsonaro na proposta de fusão dos ministérios não sugere, no entanto, que a pasta seguiria a agenda ambiental com a qual o país vem se comprometendo, pelo menos desde o fim dos anos 1980, sendo signatário da maior parte dos tratados e acordos internacionais sobre o tema. A recusa em sediar a conferência anual da ONU sobre o clima (a COP-25), que dará sequência nas negociações para a implementação do Acordo de Paris, parece evidenciar que o governo Bolsonaro pretende abrir mão de qualquer protagonismo do Brasil no debate ambiental internacional.

De certa forma, isso não configura nenhuma surpresa, haja vista a busca de um alinhamento com governos conservadores de direita, como o norte-americano e o israelense. Diante disso, Bolsonaro aumentou ainda mais as inquietudes dos ambientalistas com relação aos caminhos que o setor ambiental deveria seguir a partir de 2019. A certeza de um possível desmonte da agenda ambiental foi confirmada com a indicação dos ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A escolha revela não apenas o ceticismo com relação ao tema do aquecimento global, que orienta o núcleo duro desse governo, mas também que se está optando por uma mudança de rota no tratamento da questão ambiental.

Uma pequena amostra do que pensa o futuro chanceler Ernesto Araújo sobre o debate ambiental contemporâneo pode

⁴ O Relatório de Avaliação Científica realizado por Antonio Donato Nobre (2014) sobre o Futuro Climático da Amazônia explica como o desmatamento na Amazônia influencia no regime de chuvas em outras regiões do Brasil.

ser observada nos escritos de seu blog, *Metapolítica Brasil*, no qual afirma que “a esquerda sequestrou a causa ambiental”. O ministro não titubeia em afirmar que a relação entre emissão de gases de efeito estufa e aquecimento global não passa de “ideologia climática”. Nas palavras do novo Chanceler:

A causa ambiental é um bom exemplo. Quem pode ser contra a preservação da natureza e a utilização responsável de seus recursos? A causa ambiental foi lançada pelos escritores românticos do final do Século XVIII e começo do Século XIX, um movimento conservador por excelência, surgido em reação à irrupção da esquerda no mundo sob a forma Revolução Francesa, cuja proposta era destruir a natureza – começando pela natureza humana. Ao longo do tempo, entretanto, a esquerda sequestrou a causa ambiental e a perverteu até chegar ao paroxismo, nos últimos 20 anos, com a ideologia da mudança climática, o climatismo. O climatismo juntou alguns dados que sugeriam uma correlação do aumento de temperaturas com o aumento da concentração de CO₂ na atmosfera, ignorou dados que sugeriam o contrário, e criou um dogma “científico” que ninguém mais pode contestar sob pena de ser excomungado da boa sociedade – exatamente o contrário do espírito científico (ARAÚJO, 2018).

Além de uma visão enviesada, o que causa ainda mais preocupação é que Salles considera que os principais órgãos de pesquisa nacionais e internacionais, como o Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o INPE, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a Agência Espacial Norte Americana (NASA), entre outros, que atestam o aquecimento global e se dedicam há décadas ao estudo dos problemas climáticos, não passam de antros de “ideólogos” conspiradores de esquerda.

Há inúmeros estudos científicos que revelam a relação entre o aumento na emissão de gases que provocam o efeito estufa e o aquecimento global. Inclusive, o prêmio Nobel de economia de 2018 foi entregue para William Nordhaus e Paul Romer, por terem desenvolvido uma metodologia que integra a mudança climática e a inovação tecnológica nas análises de crescimento econômico de longo prazo. Nos termos da The Royal Swedish Academy of Sciences (2018), os premiados contemplaram um dos principais desafios dos dias contemporâneos: “combinar o crescimento

sustentável ao longo prazo da economia global com o bem-estar da população mundial”.⁵

Não por acaso, tão logo Ernesto Araújo foi anunciado por Bolsonaro, houve reação negativa por parte de cientistas e ambientalistas⁶. A mesma coisa aconteceu após o anúncio do novo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Ex-secretário de Meio Ambiente do governo do Estado de São Paulo entre 2016 e 2017, e apoiado pela bancada ruralista, Salles é acusado em ação por improbidade administrativa por ter autorizado a demarcação de uma área de preservação ambiental no rio Tietê (JUCÁ, 2018). Na ação ajuizada pelo Ministério Público de São Paulo, Salles foi denunciado por alterar os mapas que deram as diretrizes para o planejamento do manejo do local. Além do mais, o ministro do Meio Ambiente aparenta seguir a mesma linha de Ernesto Araújo no tema ambiental. Em entrevista para a *Folha de São Paulo* (BILENKY, 2018) afirmou que o aquecimento global é uma questão secundária, além de colocar em dúvida os dados referentes ao desmatamento da Amazônia.

A fragilização do Ministério do Meio Ambiente: desmonte da agenda ambiental.

Tão logo assumiu o governo, Salles iniciou, juntamente com outros setores do governo, especialmente os ligados ao setor agrícola, um conjunto de ações que fragilizaram o Ministério do Meio Ambiente, inclusive, retirando de sua alçada as agências responsáveis pela regulamentação do setor hídrico e florestal. No segundo dia de governo, por meio de medida provisória, Salles promoveu uma reforma administrativa que retirou a Agência Nacional de Águas do Ministério do Meio Ambiente e a transferiu para o Ministério do Desenvolvimento Regional, que passou a ter a incumbência de gerir as políticas de águas e de serviços ligados aos recursos hídricos (ANA, 2019).

⁵ “As contribuições de Paul Romer e William Nordhaus são metodológicas, fornecendo-nos *insights* fundamentais sobre as causas e consequências da inovação tecnológica e das mudanças climáticas. Os laureados deste ano não fornecem respostas conclusivas, mas as suas conclusões aproximaram-nos consideravelmente de responder à questão de como podemos alcançar um crescimento econômico global sustentado e sustentável.” (THE ROYAL SWEDISH ACADEMY OF SCIENCES, 2018, tradução nossa)

⁶ Para o Observatório do Clima (2018b), a nomeação de Ernesto Araújo: “[...] contraria uma longa tradição da política externa brasileira e traz o risco de tornar o Brasil um anão diplomático e um pária global. O radicalismo ideológico manifesto nos escritos do futuro ministro cria, ainda, uma ameaça para o planeta, ao negar a mudança do clima e, presumivelmente, os esforços internacionais para combatê-la.”

Outra medida que causou furor entre os ambientalistas refere-se ao Serviço Florestal Brasileiro, criado em 2006 durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, órgão responsável por gerir as florestas públicas, sendo de sua competência, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR)⁷. O órgão saiu da pasta do Ministério do Meio Ambiente e foi transferido para o Ministério da Agricultura, sob o comando do deputado Valdir Colatto do MDB/RS, que claramente não possui em seu currículo nenhuma experiência em gestão de florestas. Muito pelo contrário, durante os debates que culminaram com as alterações no Código Florestal Brasileiro, em 2012, Colatto atuou para tentar extinguir as Áreas de Proteção Permanente do novo texto (UNISINOS, 2019).

Como deputado, Colatto foi relator do colegiado que revisou o prazo para inscrição de imóvel rural no CAR, apoiando e votando favoravelmente ao adiamento por tempo indeterminado do mesmo (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2019). Além do mais, é visto por ambientalistas como um deputado que sempre atacou as pautas ambientais no Congresso, com projetos de lei que propunham, por exemplo, a liberação da caça a animais silvestres (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017a) e alterações na demarcação de terras indígenas, o que gerou manifestações de indígenas no Congresso em 2017 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017b). Enfim, a ida de Colatto para o Serviço Florestal Brasileiro reforçou a tese de que o governo Bolsonaro, diante das resistências com relação à perspectiva de extinguir a pasta ambiental, reforçaria a intenção de submetê-la à da agricultura.

Ricardo Salles também manifestaria a intenção de rever as Unidades de Conservação do país, por considerar que as mesmas careciam de sustentação técnica, já que o tópico é abordado desde a campanha eleitoral. Parece claro, portanto, que o governo pretende mexer na legislação que estabelece as regras para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação promulgada no ano 2000, e que define as áreas que são de proteção integral e as que são de uso sustentável. Para os ambientalistas, qualquer alteração nesse sentido terá por objetivo legalizar a situação de grileiros de terra e desmatadores. Soma-se a essas intenções, em nome do controle orçamentário, a perspectiva do governo de

⁷ “Criado pela Lei 12.651/12, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um registro eletrônico, obrigatório para todos os imóveis rurais, formando base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais” (MMA, 2018).

contingenciar radicalmente os recursos destinados à política de combate às mudanças climáticas.

Diante do exposto, não parece ser exagerada a preocupação de ambientalistas, técnicos de órgãos ambientais e de amplos setores da sociedade civil com o provável desmonte na área ambiental que, ao que tudo indica, terá como consequência imediata a flexibilização em larga escala das políticas de controle do desmatamento em vigor no país. Estas ações têm potencial para fazer com que o país entre num colapso socioambiental a curto prazo, com aumento das áreas de desmatamento, além de acentuar a violência contra ambientalistas, populações tradicionais e indígenas⁸.

Economia reprimarizada e flexibilização da regulação: colapso ambiental

Ao mesmo tempo em que a pasta ambiental entrou na mira do governo Bolsonaro, observa-se que não há um horizonte convincente de planejamento econômico capaz de reverter os índices sofríveis da economia brasileira nos últimos anos. Pelo contrário, o governo se inicia com uma elevada taxa de desemprego, sem previsões animadoras quanto ao crescimento do PIB, com perspectiva de crescimento de menos de 1%. As apostas na área econômica têm por base a volta de políticas neoliberais com privatizações, contingenciamentos, nulidade de investimentos, além de uma proposta de reforma da previdência, que em nada garante uma possível retomada do crescimento econômico.

Dada a falta de clareza estratégica, o país caminha para uma reprimarização cada vez mais acentuada de sua economia, com o setor produtivo perdendo competitividade. Isso se agrava num cenário em que as exportações brasileiras se tornaram excessivamente dependentes do setor agropecuário e de recursos naturais, como minério e petróleo. Dos 10 principais produtos exportados pelo Brasil em 2018, é nítida a predominância das *commodities*.

⁸ Segundo a ONG britânica Global Witness, o Brasil foi o país que mais matou líderes ambientalistas no ano de 2017 (FOWKS, 2018).

Tabela 1 – Exportação Brasileira: 10 principais produtos

1. Soja mesmo triturada
2. Óleos brutos de petróleo
3. Minérios de ferro e seus concentrados
4. Celulose
5. Carne de frango congelada, fresca ou refrigerado incluídos miúdos
6. Farelo e resíduos da extração de óleo de soja
7. Demais produtos manufaturados
8. Carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada
9. Açúcar de cana, em bruto
10. Produtos semimanufaturados de ferro ou aços

Fonte: MDIC (Adaptada pelo autor)

É certo que este não é um cenário recente, pois a participação da Indústria de Transformação no PIB brasileiro vem em queda pelo menos desde o início dos anos 2000 (conforme pode ser observado no gráfico abaixo). Diante disso, as medidas sinalizadas pela área econômica do governo Bolsonaro não demonstram que haja muita clareza quanto à gravidade da crise nem sobre o que deve ser feito para alterar esse quadro.

Gráfico 1 – Evolução da Participação da Indústria de transformação Brasileira no PIB (1947-2015)



Fonte: IBGE. Metodologia: Bonelli & Pessoa, 2010. Elaboração: DEPECON/FIESP

Com a PEC do congelamento dos investimentos públicos aprovada pelo governo Temer no ano passado, somada aos contingenciamentos orçamentários nos investimentos anunciados em pesquisa, ciência e tecnologia, e à passividade e inabilidade com que o governo se inicia, tudo indica que o que está reservado ao Brasil no comércio internacional é o reforço de seu papel de exportador de matérias primas sem valor agregado.

Descortina-se um caminho que nega a busca de alternativas econômicas que poderiam trazer benefícios inclusive para o campo ambiental, com a adoção de estratégias vinculadas à Economia Verde, por exemplo. Investimentos públicos em pesquisa visando à inovação tecnológica, com o desenvolvimento de matrizes de baixo carbono no campo energético, voltadas a uma produção industrial e agrícola menos poluente, conforme já ocorre em boa parte do mundo considerado desenvolvido, poderiam aumentar a competitividade da economia brasileira, fomentando o setor produtivo e reaquecendo a economia.

Diante de mudanças tecnológicas em larga escala que vêm ocorrendo por meio da indústria 4.0 (PIRES, 2018) e que têm poder para redefinir a hegemonia política e econômica em âmbito mundial, as inabilidades do governo atual podem custar muito caro para o Brasil, que caminha a passos largos para consolidar ainda mais sua dependência tecnológica e seu papel de submissão na política externa, com uma postura cada vez mais discreta no comércio internacional.⁹

Posto isso, com a economia crescentemente reprimarizada e com o país dependendo da exportação de *commodities* agropecuárias e da exploração de recursos naturais em larga escala para obter divisas, o quadro de flexibilização das regulamentações ambientais tem potencial para criar um cenário em que crimes ambientais, como os que ocorreram em Brumadinho e Mariana, se tornem recorrentes.

Considerações Finais

Se Bolsonaro não teve êxito em extinguir o Ministério do Meio Ambiente, anexando-o ao da Agricultura, parece ter alcançado

⁹ O debate recente sobre a Teoria da Dependência tem sido retomado para explicar a contemporaneidade da América Latina servindo como aporte para compreensão dos fenômenos políticos e econômicos observados em países como o Brasil. Trindade (2018) retoma o tema no sentido de interpretar a América Latina atual e pensar as perspectivas para a região nos próximos anos.

seu objetivo ao colocar um ministro apoiado pela ala mais conservadora da bancada ruralista na pasta ambiental. Está claro que o governo Bolsonaro perpetra uma fragilização da regulação ambiental no Brasil, que trará grandes prejuízos para a economia do país, haja vista os problemas que possíveis alterações climáticas poderão ocasionar para diversos setores, como a própria agricultura.

Por outro lado, corre-se o risco de perder a oportunidade de investir de forma mais ampla em políticas de inovação tecnológica, que possibilitariam uma transição ecológica para a economia de baixo carbono, voltada às energias renováveis e a uma produção agrícola e industrial menos poluente.

No setor agrícola, na medida em que Bolsonaro assumiu diversos compromissos com setores da bancada ruralista, principalmente com a perspectiva de legalizar diversos agrotóxicos, praticamente descartou a opção de investimentos na agricultura familiar ou em tecnologias voltadas para uma produção agrícola sustentável, que dessem continuidade à herança deixada pela Revolução Verde no Brasil. Tal postura pode trazer problemas para a pauta de exportação brasileira na medida em que produtos agrícolas comecem a sofrer boicote internacional.

Tudo indica que, no plano internacional, o Brasil perderá protagonismo no tema ambiental, indo na contramão da agenda que vem sendo seguida há pelo menos quase três décadas. Vale lembrar que o país já sediou duas conferências da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Se o direcionamento do governo confirmar suas intenções de esvaziar a agenda ambiental, é razoável supor que o país terá sérios problemas no comércio internacional, além de caminhar internamente para um colapso socioambiental.

SCANTIMBURGO, A. The disassembly of the environmental agenda in the Bolsonaro government. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *This article aims to make a survey of the path and the perspectives of the Bolsonaro government in the environmental area. It is based on the premise that aspects indicated on the campaign are against the environmental agenda built in Brazil since at least the 1980s, which largely followed the parameters of the international*

environmental regime. Thus, it is understood that the changes made by the government in the environmental area is a consequence of the lack of planning in the economic area that, far from seeking alternatives, tends to reinforce the tendency of reprimarization of the economy, mainly based on the exploitation of the natural resources of the accelerated and without major regulations. Added to this, the government's view, skeptical of issues related to climate change and global warming, corroborates to strengthen the perception of a future environmental policy dismantling.

■ **KEYWORDS:** *Bolsonaro. Reprimarization of the economy. Socio-environmental collapse.*

Referências:

ANA. Nota à imprensa - Vinculação da ANA ao Ministério do Desenvolvimento Regional. 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/noticias/nota-a-imprensa-medida-provisoria-no-868-2018>. Acesso: 02 fev. 2019.

ARAÚJO, E. Sequestrar e perverter. *Metapolítica*. 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.metapoliticabrasil.com/blog/sequstrar-e-perverter>. Acesso: 30 nov. 2018.

BILENKY, T. Discussão sobre aquecimento global é secundária, diz futuro ministro do Meio Ambiente. *Folha de São Paulo*, 9 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/12/discussao-sobre-aquecimento-global-e-secundaria-diz-futuro-ministro-do-meio-ambiente.shtml>. Acesso: 9 dez. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto regulamenta manejo e controle da caça no Brasil. 2 jan. 2017a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/MEIO-AMBIENTE/521851-PROJETO-REGULAMENTA-MANEJO-E-CONTROLE-DA-CACA-NO-BRASIL.html>. Acesso: 12 dez. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Em manifestação, indígenas pedem o arquivamento de propostas hoje no Congresso. 25 abr. 2017b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/530497-EM-MANIFESTACAO-INDIGENAS-PEDEM-O-ARQUIVAMENTO-DE-PROPOSTAS-HOJE-NO-CONGRESSO.html>. Acesso: 12 jan. 2018.

FOWKS, J. Brasil, o país mais letal para defensores da terra e do meio ambiente. *El País*, 25 jul. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/23/internacional/1532363870_921380.html. Acesso: 4. dez. 2018.

JUCÁ, B. Um investigado por fraude ambiental comandará Meio Ambiente sob Bolsonaro. *El País*, 9 dez. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/09/politica/1544379683_286039.html. Acesso: 07 dez. 2018.

MDIC. Estatísticas de comércio exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>. Acesso: 4 dez. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Ministro divulga nota sobre fusão com o MAPA. 31 out. 2018. Disponível em: <http://mma.gov.br/component/k2/item/15199-nota-do-minist%C3%A9rio-do-meio-ambiente-sobre-fus%C3%A3o-com-o-minist%C3%A9rio-da-agricultura.html>. Acesso: 06 dez. 2018.

MMA. Cadastro ambiental rural. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mma-em-numeros/cadastro-ambiental-rural>. Acesso: 9 dez. 2018.

NOBRE, A. D. O Futuro Climático da Amazônia Relatório de Avaliação Científica. 2014. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/futuro-climatico-da-amazonia.pdf>. Acesso: 30 nov. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Tudo o que você queria saber sobre o fim do Ministério do Meio Ambiente (mas não podia perguntar no posto Ipiranga). 1 nov. 2018a. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/tudo-o-que-voce-sempre-quis-saber-sobre-o-fim-ministerio-meio-ambiente-mas-nao-podia-perguntar-no-posto-ipuranga>. Acesso: 6 dez. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Escolha de Ernesto Araújo para chanceler põe em risco liderança ambiental brasileira. 15 nov. 2018b. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/escolha-de-ernesto-araujo-para-chanceler-poe-em-risco-lideranca-ca-ambiental-brasileira/>. Acesso: 07 dez. 2018.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. Nomeação de Colato é mais um sintoma do desmonte ambiental do governo Bolsonaro. 18 jan. 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodoclima.eco.br/nomea>

cao-de-colatto-e-mais-um-sintoma-desmonte-ambiental-governo-bolsonaro/. Acesso: 19 jan. 2019.

PEDRO, J. Boletim do desmatamento da Amazônia Legal (janeiro 2019) SAD. *Imazon*, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://amazon.org.br/publicacoes/boletim-do-desmatamento-da-amazonia-legal-janeiro-2019-sad/>. Acesso: 28 jan. 2019.

PETIÇÃO PÚBLICA. Não à fusão do Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=br108740>. Acesso: 30 nov. 2018

PIRES, M. C. O Brasil, o mundo e a Quarta Revolução Industrial: reflexões sobre os impactos econômicos e sociais. *Revista de Economia Política e História Econômica*, v.40, p. 5 - 36, 2018.

REUTERS. *Bolsonaro diz que pode retirar Brasil do Acordo de Paris se eleito*. 3 set. 2018. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/domesticNews/idBRKCN1LJ1YT-OBRDN>. Acesso: 5 dez. 2018.

REUTERS. Ministro da Agricultura diz que fusão com Meio Ambiente trará prejuízo. *Folha de São Paulo*, 31 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/ministro-da-agricultura-diz-que-fusao-com-meio-ambiente-trara-prejuizo.shtml>. Acesso: 04 dez. 2018

TERRA BRASILIS. Dados Deter-B. Disponível em: <http://terrabrasilis.info/composer/DETER-B>. Acesso: 30 nov. 2018.

THE ROYAL SWEDISH ACADEMY OF SCIENCES. The prize in economic sciences 2018. 8 out. 2018. Disponível em: <https://www.kva.se/en/pressrum/pressmeddelanden/ekonomipriset-2018>. Acesso: 30 nov. 2018.

TRINDADE, J. R. B. Breve contextualização da atual configuração da dependência latino-americana e a economia mundial capitalista: uma agenda de debates. *Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho*, v. 7, n. 2, p. 5-34, 31 dez. 2018.

TSE. O caminho da prosperidade: proposta de plano de governo. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517//proposta_1534284632231.pdf. Acesso: 5 dez. 2018.

UNISINOS. Nomeação de Colato é mais um sintoma do desmonte ambiental do governo Bolsonaro. 20 jan. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586203-nomeacao-de-ruralista-e-mais-um-sintoma-do-desmonte-ambiental-do-governo-bolsonaro>. Acesso: 21 jan. 2019.

